

Juros altos consomem o esforço de equilíbrio fiscal

O ganho fiscal de R\$ 28 bilhões que o governo espera obter com o pacote de ajuste anunciado ontem pode ser comprometido se a taxa de juros não cair rapidamente. O economista Adauto Lima, do Lloyds Bank, calcula que cada ponto percentual dos juros corresponde a um desembolso médio de R\$ 3 bilhões somente para o pagamento dos serviços da dívida.

Levando-se em consideração um estoque de dívida médio de R\$ 395 bilhões, um Produto Interno Bruto (PIB) estável e uma taxa de juros de 22% no próximo ano — prevista pelo governo —, o gasto com o serviço da dívida seria de R\$ 72,8 bilhões. Mas se os juros mantiverem-se num patamar de 30%, o estoque médio sobe para R\$ 400 bilhões e o desembolso com o serviço aumenta para R\$ 104 bilhões. Ou seja, seria necessário um esforço fiscal dobrado para obter um resultado parecido.

Para Lima, este é um dos pontos

cruciais do ajuste. Mas é uma faca de dois gumes. “O governo não pode reduzir a taxa de juros enquanto as medidas, ou pelo menos a maior parte delas, não estiverem aprovadas, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não for fechado e a comunidade financeira internacional não restabelecer sua confiança no País.”

O economista Carlos Thadeu de Freitas, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e ex-diretor do Banco Central, diz ainda que a arrecadação de tributos — como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) — poderá cair mais de R\$ 20 bilhões caso o PIB registre quedas da ordem de 3%, num cenário de ausência de crédito para a economia

real se movimentar. “O governo terá de reduzir a alíquota do compulsório dos bancos nos depósitos à vista para ampliar o crédito e assim evitar um aprofundamento da recessão, o que vai contribuir para uma menor redução da arrecadação.”

Pelo menos no que se refere às medidas emergenciais, os economistas não discordaram muito do pacote. “Não tinha muito o que fazer, no curto prazo, senão aumentar os impostos mais fáceis de serem recolhidos”, afirma Dirceu Bezerra, da Rosenberg & Associados. “O que preocupa é o longo prazo.” Segundo Bezerra, os discursos feitos tanto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, quanto pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, continham propostas que já haviam sido apre-

sentadas quatro anos atrás, e nunca foram colocadas em prática. “CPMF e FEF já eram anunciados como soluções temporárias para se fazer um ajuste mais profundo”, diz.

Para o economista Bernard Appy, da LCA Consultores, o governo optou pelo caminho de menor resistência à aprovação das medidas. Aumentos de CPMF e da Cofins, segundo ele, não sofreram muita oposição no Congresso — apesar de não acreditar na CPMF de 0,38. “O pacote revela timidez política. A única medida audaciosa foi a contribuição previdenciária dos servidores públicos”, diz. E esse deve ser, na avaliação dele, o ponto de maior conflito para aprovação.

Mas ninguém tem confiança de que a meta de R\$ 28 bilhões seja

conseguida. Lima, do Lloyds, projeta uma CPMF máxima de 0,33%, o que já causa uma redução nos cálculos do governo. “O corte de gastos de R\$ 8,7 bilhões pode até ser conseguido, mas não será fácil”, diz. “É mais difícil ainda será a redução do déficit da Previdência.” Para Lima, é provável que os R\$ 28 bilhões caíam, no final das negociações, para algo próximo a R\$ 20 bilhões. Bernard Appy acredita que o governo tenha algum trunfo na manga para o caso de alguma das propostas ser barrada no Congresso. “Um dos caminhos, por exemplo, seria o contingenciamento do Orçamento.”

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega acredita que este foi o mais amplo plano de ajuste fiscal dos últimos dez anos. “Nunca, como

A cada ponto percentual de aumento na taxa o governo tem de desembolsar mais cerca de R\$ 3 bilhões para o pagamento dos serviços da dívida

Alexandre Calais, Vera Saavedra Durão e Christiane Martinez, de São Paulo, Rio e Florianópolis

agora, esteve criado um clima tão propício para se fazer os ajustes estruturais necessários. É também a primeira vez que existe ambiente favorável para criar limites às expansões de gastos dos governos”, diz.

O economista Aloizio Mercadante, do PT, acredita, no entanto, que o pacote é economicamente desastroso e socialmente injusto. “A oposição, com governadores e parlamentares, vai debruçar-se sobre essas medidas para criar alternativas porque isso que foi apresentado é injusto”. O ex-ministro do trabalho Walter Barelly disse concordar com aumento de impostos, mas “apenas para apagar incêndios”. Entretanto, de acordo com ele, um pacote que vai até 2006 não pode ser considerado de emergência. Além disso, ele lembrou que o ex-presidente Fernando Collor tentou cobrar contribuição previdenciária dos inativos e não conseguiu. O que significa dizer que o governo terá muito trabalho para aprovar essa proposta. ■